



2023

Balanço

Relatório Contábil do Exercício 2023



2023
DNOCS

Balanço
Relatório Contábil 2023



Diretor Geral do DNOCS

Fernando Marcondes de Araujo Leão

Diretor Administrativo

Narcélio Moreira Albuquerque

Chefe da Divisão de Recursos Financeiros

Francisco Evaldo Braz Azevedo

Chefe do Serviço de Contabilidade

Vicente de Paulo Cavalcante Sabóia

Equipe Técnica

Antônio da Silva Barros

Ciro Pereira Costa Lima

Denise Barros de Oliveira

Francisco Wagner Araujo Almeida

Janiele Rocha Soares

Jonas Ferreira Araujo Junior



Sumário

Apresentação

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro de Compensações

Demonstrativo Do Superávit/Déficit Financeiro Apurado No Balanço Patrimonial

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Balanço Orçamentário

Balanço Financeiro

Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Base de preparação das Demonstrações e Práticas Contábeis
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis
3. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis
4. Ativo Circulante
5. Créditos a Receber
6. Imobilizado
7. Atos Potenciais Ativos
8. Atos Potenciais Passivos e Passivos Contingentes
9. Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos
10. Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas
11. Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais
12. Benefícios Previdenciários e Assistenciais
13. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo
14. Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos
15. Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas
16. Resultado Patrimonial
17. Balanço Orçamentário
18. Execução dos Restos a Pagar
19. Balanço Financeiro
20. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa



Apresentação

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como Demonstrações Financeiras (DF), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os controles para garantir a regularidade, completude, abrangência e observância das normas estão relacionados à integridade da informação contábil. Cada prerrogativa de registros no sistema é passível de conferência mensal e integra o processo de gerenciamento de acesso e segurança.

A conformidade de registro de gestão, observada a segregação de funções, atesta a conformidade com os documentos de suporte.

A conformidade contábil guia-se por procedimentos descritos na Macrofunção-STN 020315 e estabelece como necessária a autonomia profissional, com o propósito de preservar a evidenciação dos efeitos patrimoniais, orçamentários e financeiros nas Demonstrações Contábeis e relatórios extraídos, objetos centrais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Os relatórios de propósito geral apresentam a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do exercício financeiro. É composto pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

- **Balanço Patrimonial** – Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial através das contas do patrimônio público geridas pelo órgão.
- **Balanço Orçamentário** – Demonstra a execução orçamentária das receitas e despesas ocorridas no exercício, através do confronto das receitas e despesas aprovadas na lei orçamentária anual e aquelas efetivamente executadas.
- **Balanço Financeiro** - Apresenta os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários do período, ajustado com os saldos advindos do exercício anterior, bem como com aqueles transferidos para o exercício seguinte.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa** – Demonstra o fluxo financeiro do período, através das origens e aplicações dos recursos obtidos pelo órgão; baseado nas atividades operacional, investimento e



financeira, evidenciando o fluxo líquido de caixa.

- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – Propõe a evidenciação das alterações ocorridas no patrimônio resultantes ou independentemente da execução orçamentária; através do confronto das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas, indicando o resultado patrimonial do exercício
- **Notas Explicativas** – Disclosure complementar relevante às Demonstrações Financeiras - qualidade da “compreensibilidade”.



Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

ATIVO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	78.490.141,34	65.829.727,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.500.055,77	61.815.484,34
Créditos a Curto Prazo	2.597.163,44	3.736.799,80
Demais Créditos e Valores	2.597.163,44	3.736.799,80
Estoques	392.922,13	277.443,09
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.447.075.426,00	5.317.750.080,63
Ativo Realizável a Longo Prazo	38.213.689,47	36.594.312,76
Créditos a Longo Prazo	38.213.689,47	36.594.312,76
Dívida Ativa Não Tributária	38.207.473,43	36.588.096,72
Demais Créditos e Valores	6.216,04	6.216,04
Investimentos	1.056.450,02	1.056.450,02
Participações Permanentes	1.056.450,02	1.056.450,02
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	1.056.450,02	1.056.450,02
Imobilizado	6.404.118.673,16	5.276.412.704,50
Bens Móveis	305.021.090,18	257.278.686,38
Bens Móveis	430.679.017,45	349.747.601,04
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-125.657.927,27	-92.468.914,66
Bens Imóveis	6.099.097.582,98	5.019.134.018,12
Bens Imóveis	6.124.281.674,56	5.041.595.605,59
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-25.184.091,58	-22.461.587,47
Intangível	3.686.613,35	3.686.613,35
Softwares	1.484.840,12	1.484.840,12
Softwares	1.484.840,12	1.484.840,12
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23
TOTAL DO ATIVO	6.525.565.567,34	5.383.579.807,86
PASSIVO	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE	1.046.032.742,66	935.604.148,73
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	55.157.874,27	57.759.675,52
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	36.329.729,76	77.252.634,30
Transferências Fiscais a Curto Prazo	3.537.492,08	4.367.492,08
Demais Obrigações a Curto Prazo	951.007.646,55	796.224.346,83
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.482,79	4.482,79
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.482,79	4.482,79
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.046.037.225,45	935.608.631,52
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022
Demais Reservas	1.842.004.525,07	-
Resultados Acumulados	3.637.523.816,82	4.447.971.176,34
Resultado do Exercício	-856.367.446,91	416.358.092,30
Resultados de Exercícios Anteriores	4.415.732.147,10	3.879.454.226,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	78.159.116,63	152.158.858,04
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.479.528.341,89	4.447.971.176,34

Fonte: SIAFI



Quadro Ativos e Passivos Financeiros

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	75.500.055,77	61.815.484,34
ATIVO PERMANENTE	6.450.065.511,57	5.321.764.323,52
PASSIVO	2023	2022
PASSIVO FINANCEIRO	919.827.413,00	570.347.985,35
PASSIVO PERMANENTE	952.917.594,78	805.829.552,07
SALDO PATRIMONIAL	4.652.820.559,56	4.007.402.270,44

Fonte: SIAFI

Quadro de Compensações

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.037.407.157,47	650.748.838,59
Atos Potenciais Ativos	1.037.407.157,47	650.748.838,59
Garantias e Contragarantias Recebidas	26.620.125,02	26.620.125,02
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.010.205.101,80	623.546.782,92
Direitos Contratuais	581.930,65	581.930,65
TOTAL	1.037.407.157,47	650.748.838,59
PASSIVO	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	832.857.791,77	873.691.607,40
Atos Potenciais Passivos	832.857.791,77	873.691.607,40
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	56.254.751,06	58.461.760,66
Obrigações Contratuais	776.603.040,71	815.229.846,74
TOTAL	832.857.791,77	873.691.607,40

Fonte: SIAFI

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeira

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-645.120.621,54
Recursos Vinculados	-199.206.735,69
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.039.912,81
Dívida Pública	-213.877.210,20
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	15.710.387,32
TOTAL	-844.327.357,23

Fonte: SIAFI



Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.205.937.080,96	3.538.231.187,31
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.854.680,60	1.913.422,92
Venda de Mercadorias	51.376,00	53.952,00
Vendas de Produtos	348,90	197,60
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.802.955,70	1.859.273,32
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.566,10	1.987,51
Juros e Encargos de Mora	6.566,10	1.987,51
Transferências e Delegações Recebidas	2.152.896.760,17	2.521.309.578,19
Transferências Intragovernamentais	2.108.353.110,83	2.442.621.348,29
Outras Transferências e Delegações Recebidas	44.543.649,34	78.688.229,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	47.574.127,91	1.003.973.171,95
Reavaliação de Ativos	-	25.309.448,80
Ganhos com Incorporação de Ativos	36.631.474,00	842.434.075,83
Ganhos com Desincorporação de Passivos	10.942.653,91	136.229.647,32
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.604.946,18	11.033.026,74
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	168.200,38
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.604.946,18	10.864.826,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.062.304.527,87	3.121.873.095,01
Pessoal e Encargos	88.446.846,90	99.070.768,09
Remuneração a Pessoal	69.543.452,52	78.499.594,66
Encargos Patronais	12.842.512,95	14.958.977,42
Benefícios a Pessoal	5.472.903,12	5.001.509,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	587.978,31	610.686,93
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	584.169.998,70	567.649.084,89
Aposentadorias e Reformas	260.833.795,25	252.159.474,73
Pensões	318.481.564,84	310.275.540,46
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.854.638,61	5.214.069,70
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	110.426.741,07	90.439.733,49
Uso de Material de Consumo	4.245.107,53	3.091.018,48
Serviços	75.452.435,06	59.188.260,26
Depreciação, Amortização e Exaustão	30.729.198,48	28.160.454,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	484.849,92	128.352,06
Juros e Encargos de Mora	484.849,92	4.849,29
Descontos Financeiros Concedidos	-	884,45
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	122.618,32
Transferências e Delegações Concedidas	1.170.544.274,73	2.160.842.349,99
Transferências Intragovernamentais	1.055.584.774,27	1.229.000.403,12
Transferências Intergovernamentais	70.417.067,38	11.607.341,96
Outras Transferências e Delegações Concedidas	44.542.433,08	920.234.604,91
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.107.996.067,11	203.581.175,79
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	704.808.220,31	19.103.573,05
Perdas Involuntárias	2.252.260,99	3.430.407,56
Incorporação de Passivos	164.893.285,52	174.543.942,27
Desincorporação de Ativos	236.042.300,29	6.503.252,91
Tributárias	226.034,25	121.399,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	197.452,40	101.663,43
Contribuições	28.581,85	19.736,49
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.715,19	40.230,78
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	9.715,19	40.230,78
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-856.367.446,91	416.358.092,30

Fonte: SIAFI



Balço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.666.269,00	2.666.269,00	3.389.574,75	723.305,75
Receita Patrimonial	1.434.253,00	1.434.253,00	1.207.685,24	-226.567,76
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.434.253,00	1.434.253,00	1.207.685,24	-226.567,76
Receita Agropecuária	76.059,00	76.059,00	51.376,00	-24.683,00
Receita Industrial	-	-	348,90	348,90
Receitas de Serviços	743.801,00	743.801,00	1.607.911,72	864.110,72
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	743.801,00	743.801,00	1.607.911,72	864.110,72
Outras Receitas Correntes	412.156,00	412.156,00	522.252,89	110.096,89
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.067,00	2.067,00	29.053,09	26.986,09
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	410.089,00	410.089,00	428.828,98	18.739,98
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	64.370,82	64.370,82
RECEITAS DE CAPITAL	1.706.369,00	1.706.369,00	5.263.805,51	3.557.436,51
Alienação de Bens	1.706.369,00	1.706.369,00	5.263.805,51	3.557.436,51
Alienação de Bens Móveis	47.338,00	47.338,00	3.059.090,00	3.011.752,00
Alienação de Bens Imóveis	1.659.031,00	1.659.031,00	2.204.715,51	545.684,51
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.372.638,00	4.372.638,00	8.653.380,26	4.280.742,26
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.372.638,00	4.372.638,00	8.653.380,26	4.280.742,26
DEFICIT			1.429.465.314,06	1.429.465.314,06
TOTAL	4.372.638,00	4.372.638,00	1.438.118.694,32	1.433.746.056,32
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	173.942.203,00	-	-173.942.203,00
Créditos Cancelados	-	173.942.203,00	-	-

Fonte: SIAFI



Balço Orçamentário

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	728.266.474,00	745.377.902,00	734.858.543,41	719.917.853,54	666.571.019,88	10.519.358,59
Pessoal e Encargos Sociais	659.387.494,00	666.462.552,00	657.739.232,94	657.722.044,28	607.488.630,66	8.723.319,06
Outras Despesas Correntes	68.878.980,00	78.915.350,00	77.119.310,47	62.195.809,26	59.082.389,22	1.796.039,53
DESPESAS DE CAPITAL	176.744.991,00	333.575.766,00	703.260.150,91	116.306.120,00	112.859.970,70	-369.684.384,91
Investimentos	176.744.991,00	333.575.766,00	703.260.150,91	116.306.120,00	112.859.970,70	-369.684.384,91
SUBTOTAL DAS DESPESAS	905.011.465,00	1.078.953.668,00	1.438.118.694,32	836.223.973,54	779.430.990,58	-359.165.026,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	905.011.465,00	1.078.953.668,00	1.438.118.694,32	836.223.973,54	779.430.990,58	-359.165.026,32
TOTAL	905.011.465,00	1.078.953.668,00	1.438.118.694,32	836.223.973,54	779.430.990,58	-359.165.026,32

Fonte: SIAFI



Execução dos Restos a Pagar Não Processados

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.941.990,53	31.760.550,77	28.829.754,49	27.929.973,76	1.216.765,10	6.555.802,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.781,46	-	-	-	4.781,46
Outras Despesas Correntes	3.941.990,53	31.755.769,31	28.829.754,49	27.929.973,76	1.216.765,10	6.551.020,98
DESPESAS DE CAPITAL	252.088.277,11	152.850.350,23	147.124.265,57	126.665.364,05	38.648.453,29	239.624.810,00
Investimentos	252.088.277,11	152.850.350,23	147.124.265,57	126.665.364,05	38.648.453,29	239.624.810,00
TOTAL	256.030.267,64	184.610.901,00	175.954.020,06	154.595.337,81	39.865.218,39	246.180.612,44

Fonte: SIAFI



Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	301.341,60	48.687.561,33	48.370.094,43	38.757,52	580.050,98
Pessoal e Encargos Sociais	7.927,90	46.679.314,08	46.679.314,08	6.551,85	1.376,05
Outras Despesas Correntes	293.413,70	2.008.247,25	1.690.780,35	32.205,67	578.674,93
DESPESAS DE CAPITAL	13.311.135,69	66.392.371,62	65.912.236,59	566.190,14	13.225.080,58
Investimentos	13.311.135,69	66.392.371,62	65.912.236,59	566.190,14	13.225.080,58
TOTAL	13.612.477,29	115.079.932,95	114.282.331,02	604.947,66	13.805.131,56

Fonte: SIAFI



Balanco Financeiro

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	8.653.380,26	5.736.679,64
Ordinárias	-	-
Vinculadas	8.682.714,39	5.737.587,65
Alienação de Bens e Direitos		3.256.548,09
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	8.653.380,26	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.481.039,56
Recursos Não Classificados	29.334,13	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-29.334,13	-908,01
Transferências Financeiras Recebidas	2.108.352.030,53	2.442.621.348,29
Resultantes da Execução Orçamentária	1.652.814.613,24	1.576.809.516,31
Repasse Recebido	825.873.705,67	787.034.779,56
Sub-repasse Recebido	826.940.907,57	789.375.921,85
Sub-repasse Devolvido		398.814,90
Independentes da Execução Orçamentária	455.537.417,29	865.811.831,98
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	455.537.072,28	865.811.831,98
Movimentação de Saldos Patrimoniais	345,01	
Recebimentos Extraorçamentários	659.870.505,12	254.118.035,23
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	56.792.982,96	68.838.585,66
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	601.894.720,78	184.610.901,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	740.537,71	-900.528,68
Outros Recebimentos Extraorçamentários	442.263,67	1.569.077,25
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.228,14	1.115,61
Arrecadação de Outra Unidade	433.035,53	1.562.966,64
Demais Recebimentos		4.995,00
Saldo do Exercício Anterior	61.815.484,34	69.352.882,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	61.815.484,34	69.352.882,43
TOTAL	2.838.691.400,25	2.771.828.945,59

Fonte: SIAFI



Balanço Financeiro

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Despesas Orçamentárias	1.438.118.694,32	993.805.301,23
Ordinárias	668.187.597,53	427.688.956,35
Vinculadas	769.931.096,79	566.116.344,88
Seguridade Social (Exceto Previdência)	563.590.668,85	562.352.330,18
Dívida Pública	202.145.766,21	
Alienação de Bens e Direitos		908.318,25
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.194.661,73	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.855.696,45
Transferências Financeiras Concedidas	1.055.584.774,27	1.229.005.398,12
Resultantes da Execução Orçamentária	826.940.907,57	790.327.420,98
Sub-repasse Concedido	826.940.907,57	789.375.921,85
Repasse Devolvido		552.684,23
Sub-repasse Devolvido		398.814,90
Independentes da Execução Orçamentária	228.643.866,70	438.677.977,14
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	228.162.156,35	437.082.459,33
Movimento de Saldos Patrimoniais	481.710,35	1.595.517,81
Pagamentos Extraorçamentários	269.487.875,89	487.202.761,90
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	114.282.331,02	98.019.727,27
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	154.595.337,81	388.977.415,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	610.207,06	205.619,29
Saldo para o Exercício Seguinte	75.500.055,77	61.815.484,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.500.055,77	61.815.484,34
TOTAL	2.838.691.400,25	2.771.828.945,59

Fonte: SIAFI



Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	242.611.269,88	464.537.186,77
INGRESSOS	2.112.915.178,52	2.445.860.282,74
Receita Patrimonial	1.207.685,24	1.057.795,98
Receita Agropecuária	51.376,00	53.952,00
Receita Industrial	348,90	197,60
Receita de Serviços	1.607.911,72	848.224,84
Outras Receitas Derivadas e Originárias	522.252,89	611.331,07
Outros Ingressos Operacionais	2.109.525.603,77	2.443.288.781,25
Ingressos Extraorçamentários	740.537,71	-900.528,68
Transferências Financeiras Recebidas	2.108.352.030,53	2.442.621.348,29
Arrecadação de Outra Unidade	433.035,53	1.562.966,64
Demais Recebimentos		4.995,00
DESEMBOLSOS	-1.870.303.908,64	-1.981.323.095,97
Pessoal e Demais Despesas	-728.751.035,16	-709.566.549,89
Administração	-142.146.783,50	-135.766.613,41
Previdência Social	-575.713.304,52	-562.157.581,33
Urbanismo	-407.148,70	-2.159.926,47
Gestão Ambiental	-	-383.849,00
Agricultura	-10.469.002,82	-9.075.512,25
Encargos Especiais	-24.023,76	-24.183,04
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.228,14	1.115,61
Transferências Concedidas	-85.357.892,15	-42.545.528,67
Intergovernamentais	-71.247.067,38	-26.579.305,64
A Estados e/ou Distrito Federal	-68.507.881,86	-24.269.346,65
A Municípios	-2.739.185,52	-2.309.958,99
Intragovernamentais	-14.110.824,77	-15.966.223,03
Outros Desembolsos Operacionais	-1.056.194.981,33	-1.229.211.017,41
Dispêndios Extraorçamentários	-610.207,06	-205.619,29
Transferências Financeiras Concedidas	-1.055.584.774,27	-1.229.005.398,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-228.926.698,45	-472.074.584,86
INGRESSOS	5.263.805,51	3.165.178,15
Alienação de Bens	5.263.805,51	3.165.178,15
DESEMBOLSOS	-234.190.503,96	-475.239.763,01
Aquisição de Ativo Não Circulante	-212.313.246,22	-417.251.724,77
Outros Desembolsos de Investimentos	-21.877.257,74	-57.988.038,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.684.571,43	-7.537.398,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	61.815.484,34	69.352.882,43
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	75.500.055,77	61.815.484,34

Fonte: SIAFI



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cota s em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	- 3.879.454.226,00	-	-	- 3.879.454.226,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	- 152.158.858,04	-	-	- 152.158.858,04
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	- 416.358.092,30	-	-	- 416.358.092,30
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	- 4.447.971.176,34	-	-	- 4.447.971.176,34

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cota s em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	- 4.447.971.176,34	-	-	- 4.447.971.176,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	831.784,80	78.159.116,63	-	-	78.990.901,43
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	- 1.841.172.740,27	-32.239.029,24	-	-	- 1.808.933.711,03
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	- 856.367.446,91	-	-	- 856.367.446,91
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	- 1.842.004.525,07	3.637.523.816,82	-	-	- 5.479.528.341,89

Fonte: SIAFI



Notas Explicativas

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras 2023 do DNOCS foram elaboradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O propósito geral é fornecer informações sobre a gestão do patrimônio público e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Os usuários poderão encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da entidade.

O escopo normativo de suporte às atividades de contabilidade é a Constituição Federal - CF, Lei 4.320/64, Decreto 93.872/86, Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da STN.

Principais critérios e políticas contábeis

(a) Caixa e Equivalentes de caixa

Equivalente a Conta caixa, depósitos bancários e aplicações com liquidez imediata. Esses valores têm sua mensuração realizada pelo valor de custo e, quando for o caso, acrescentado dos rendimentos auferidos.

(b) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo. Os valores são mensurados pelo custo histórico e acrescidos dos juros e encargos moratórios, quando aplicável. O ajuste para perdas é registrado com base na análise dos riscos.

(c) Estoque

Na entrada, esses bens são mensurados pelo valor de aquisição. Na saída, o método de mensuração dos estoques é o custo médio ponderado. Se for o caso, o estoque



poderá ser ajustado mediante as contas para ajustes ou redução do valor de mercado.

(d) Ativo realizável a longo prazo

Os valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, serão acrescidos das atualizações monetárias, juros e encargos moratórios. Com base na análise dos riscos de realização dos créditos é registrado o ajuste para perdas.

(e) Investimentos

Compostos por participações permanentes, estas representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos. São mensurados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas apuradas em avaliações periódicas.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Inicialmente, o reconhecimento é através do custo de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, esses bens ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (caso tenha vida útil definida), assim como também estão sujeitos à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Caso ocorra gastos posteriores à aquisição ou construção, esses gastos serão incorporados ao valor do imobilizado se tais gastos aumentarem a vida útil do bem e forem capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos como variações diminutivas do período.

(g) Intangíveis

Os direitos referentes à bens incorpóreos são avaliados com base no valor de aquisição ou produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada, bem como o montante acumulado das perdas de valor que tenham sofrido por redução ao valor recuperável.

(h) Depreciação



A depreciação, amortização e exaustão, por ser uma autarquia, tem base legal na Lei nº 4320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), no MCASP, Na Lei nº 10.180/2001 e no Decreto nº 6.976/2009. O custo, tanto o direto como o indireto, do ativo imobilizado ou do ativo intangível é utilizado como base de cálculo para depreciação, amortização ou exaustão. O método de cálculo é o das quotas constantes e apurado mensalmente a partir do mês seguinte à data da disponibilidade do bem em uso, com exceção aos bens imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Neste caso o valor da depreciação dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável, utilizando o método da Parábola de Kuentzle, sendo apurada no mesmo dia em que o bem é colocado em condição de uso.

(i) Passivo Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, e quando for o caso, serão acrescidos dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores;
- III. Obrigações fiscais; e
- IV. Demais obrigações.

(j) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados que são referentes ao curto prazo para empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência equivalente aos serviços prestados e são registrados como variação patrimonial diminutiva. Os benefícios relacionados a aposentadorias e pensões, também são reconhecidos por regime de competência.

(k) Apuração do Resultado



São apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial requer a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas se for provável que os benefícios econômicos ocorram e quando puderem ser mensurados com confiança. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorra decréscimos nos benefícios econômicos potenciais que implicam na saída de recursos, redução de ativos ou aumento de passivos.

A apuração do resultado patrimonial do exercício se dá pelo encerramento das contas VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após, o resultado é refletido na conta de “Superávit/Déficit do Exercício”. Os detalhes do confronto entre VPA e VPD são evidenciados na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios que ocorrem durante o exercício e alteram as disponibilidades do DNOCS. No balanço financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Além disso, também é possível verificar o resultado financeiro na demonstração dos fluxos de caixa.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas; no balanço orçamentário é apresentado o superávit/déficit do exercício. O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4320/1964, segundo este artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas,



portanto, é adotado o regime de caixa, diferente daquele adotado no regime contábil que utiliza o regime de competência.



Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil é a certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) estão de acordo com a Lei nº4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com os procedimentos da Macrofunção 020315 do Manual Siafi.

A conformidade contábil tem o propósito de padronizar e evidenciar as impropriedades que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desenvolveu o registro de restrição contábil na conformidade contábil da entidade objeto, elencando um rol de restrições que podem ser aplicáveis de acordo com a relevância da inconsistência.

No DNOCS, o processo de conformidade contábil está estruturado assim:

- I. **Setorial Contábil de Unidade Gestora** - sendo responsável pelo acompanhamento da execução contábil de uma determinada unidade gestora executora;
- II. **Setorial Contábil de Órgão** - sendo responsável pelo acompanhamento da execução contábil do órgão, compreendendo as unidades gestoras que lhe pertencem.

Tanto os gestores, quanto os profissionais de contabilidade são responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis; os gestores pelos atos e fatos que impactam as demonstrações e os profissionais, pelas informações e eventuais inconsistências.

O objetivo da conformidade é garantir que os aspectos relevantes das informações sejam verdadeiros e confiáveis. As restrições e ressalvas não se direcionam aos gestores, uma vez que nas tratativas internas os gestores já são informados, mas, aos usuários e representam ponderações quanto à interpretação dos atos e fatos relatados. É nesse contexto que a Macrofunção-STN 020315 estabelece como necessários, o distanciamento dos conformistas aos atos de gestão, a autonomia da setorial de contabilidade e a estrutura adequada para atender aos propósitos de evidência contábil.



Ativo Circulante

O Ativo Circulante é formado majoritariamente por Caixa e Equivalentes de Caixa, com saldo de R\$75,5 milhões apurados no fim do exercício de 2023, representando um acréscimo de 22,14% em relação a 2022 e 96,19% do total do Ativo Circulante em 2023.

Segundo o Decreto n.º 11.415, de 16/02/2023, as unidades gestoras executoras devem devolver os saldos remanescentes de valores à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, com exceção dos recursos próprios.

No fechamento do balanço, a conta de Limite de Saque apresenta um saldo de R\$75,5 milhões e desses, R\$54,5 milhões são comprometidos por Ordens de Pagamento referentes à Folha de pagamento de dezembro/2023, paga no início de 2024.

Os *Créditos a Curto Prazo* reduziram 30,5% em comparação ao período do ano anterior, conforme tabela a seguir. Esses créditos são *Adiantamentos Concedidos a Pessoal* (R\$1,1 milhão), nominalmente, adiantamento de salários e Termos de Execução Descentralizada - TED, com R\$1,29 milhão.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.500.055,77	61.815.484,34	22,14	96,19
Créditos a Curto Prazo	2.597.163,44	3.736.799,80	-30,50	3,31
Estoques	392.922,13	277.443,09	41,62	0,50
Total	78.490.141,34	65.829.727,23	19,23	100

Fonte: SIAFI

Impende destacar que o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante encontram-se subavaliados em razão da ausência de reconhecimento dos créditos a receber decorrentes da alienação de lotes de perímetros de irrigação.

Essa inconsistência iniciou-se em 2015 com o advento do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, que introduziu na Administração Pública o reconhecimento da Receita Pública pelo regime de competência, fato que leva em consideração não o recebimento mas a transferência de propriedade. Nesse sentido, todas as alienações de lotes devem figurar no Ativo do DNOCS como valores a receber de curto e longo prazo.



Para corrigir essa distorção do Ativo, é necessária a definição do valor a receber por lote e do seu custo correspondente para que se reconheça na contabilidade o direito a receber e a baixa do custo.

Com o intuito de se registrar os valores a receber, o Setor de Controle de Arrecadação (DA/SCA), órgão vinculado à Diretoria Administrativa, foi consultado sobre a composição dos valores a receber. Na ocasião, o setor se manifestou informando não possuir bases definidas de mensuração por ausência de sistema informatizado de controle.

Por não haver bases confiáveis de mensuração, não foi possível o registro dos valores a receber, causando uma distorção significativa nos saldos do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante.

Para solucionar a equação contábil 0040 - VPA A CLASSIFICAR, todos os meses são realizados lançamentos de reconhecimento das receitas arrecadadas como ajuste de exercícios anteriores, o que não corrige a distorção mas corrige o reconhecimento de cada arrecadação recebida. Nos exercícios de 2022 e 2023 foram realizados os seguintes lançamentos de ajuste de exercícios anteriores, conforme a arrecadação verificada:

Regularização VPA

	2023	2022
janeiro	1.359.684,94	112.690,18
fevereiro	157.421,93	83.567,89
março	181.530,54	217.110,38
abril	159.476,74	48.917,75
maio	166.456,27	79.981,71
junho	101.736,02	153.777,21
julho	157.692,70	1.055.436,68
agosto	111.103,46	121.941,85
setembro	161.084,59	133.014,05
outubro	165.101,66	224.542,29
novembro	291.648,66	247.668,15
dezembro	653.642,11	616.194,17
TOTAL	3.666.579,62	3.094.842,31

Fonte: SIAFI

Com base nos dados acima, os valores que deveriam constar no início do ano de 2022 seriam de aproximadamente R\$ 3.094.842,31, os quais foram recebidos durante o referido exercício e em 2023 R\$ 3.666.579,62, que foram arrecadados no decorrer do ano.

Em razão do exposto, referida distorção foi consignada na Declaração do Contador.



Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante é formado pelos itens *Ativo Realizável a Longo Prazo*, *Investimentos*, *Imobilizado* e *Intangível*. O *Imobilizado* teve a maior participação na formação do *Ativo Não Circulante*, R\$6.404,12 bilhões de saldo, o equivalente a 99,33% no *exercício*.

Ativo Não Circulante

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	38.213.689,47	36.594.312,76	4,43	0,59
Investimentos	1.056.450,02	1.056.450,02	0,00	0,02
Imobilizado	6.404.118.673,16	5.276.412.704,50	21,37	99,33
Intangível	3.686.613,35	3.686.613,35	0,00	0,06
TOTAL	6.447.075.426,00	5.317.750.080,63	21,24	100

Fonte: SIAFI

A Dívida Ativa Não-Tributária representou 99,98% do Realizável a Longo Prazo e obteve um incremento de 4,43% no último ano; créditos relativos à acórdãos do Tribunal de Contas da União que tratam de decisões do tribunal sobre prestações de contas de transferências voluntárias realizadas pelo DNOCS.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Dívida Ativa Não Tributária	38.207.473,43	36.588.096,72	4,43	99,98
Demais Créditos e Valores	6.216,04	6.216,04	0,00	0,02
TOTAL	38.213.689,47	36.594.312,76	4,43	100

Fonte: SIAFI

A respeito do Ativo Realizável a Longo Prazo, conforme foi informado na análise do Ativo Circulante, encontra-se subavaliado em razão da ausência de reconhecimento dos créditos a receber decorrentes da alienação de lotes de perímetros de irrigação.

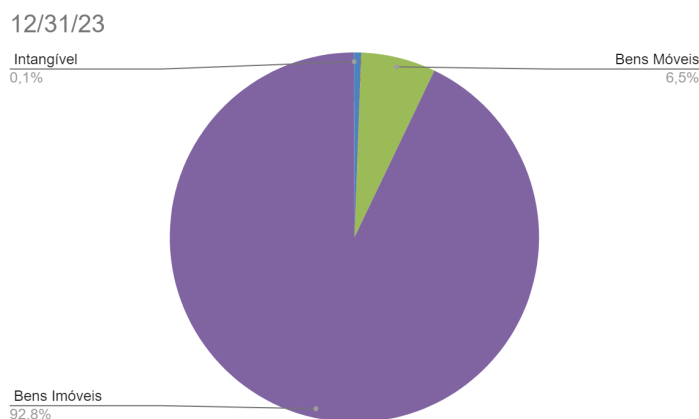
Em razão do exposto, referida distorção foi consignada na Declaração do Contador.

Os *Investimentos* representaram participações societárias de empresas públicas adquiridas até o ano 2000 e atuantes das áreas de saneamento e telecomunicações e ainda mantidos em carteira.

O imobilizado atingiu um montante de R\$6.404,12 bilhões no encerramento e representou um aumento de 21,37%, os bens imóveis foram o principal fator para o incremento, com crescimento de R\$1.079,97 bilhão.



Gráfico da Composição do Ativo Não-Circulante



Imobilizado

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Bens Móveis	305.021.090,18	257.278.686,38	18,56	4,76
Bens Móveis	430.679.017,45	349.747.601,04	23,14	6,73
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-125.657.927,27	-92.468.914,66	35,89	-1,96
Bens Imóveis	6.099.097.582,98	5.019.134.018,12	21,52	95,24
Bens Imóveis	6.124.281.674,56	5.041.595.605,59	21,48	95,63
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-25.184.091,58	-22.461.587,47	12,12	-0,39
TOTAL	6.404.118.673,16	5.276.412.704,50	21,37	100

Fonte: SIAFI

Com relação aos Bens Imóveis em Andamento, componentes do Ativo Imobilizado, há saldos significativos alongados nos registros contábeis de obras já concluídas incorporáveis e gastos que por sua natureza não devem ser incorporados ao Ativo Imobilizado.

O gerenciamento da execução orçamentária e financeira é realizado pelos setores técnicos que acompanham toda a execução da obra. Por ocasião da conclusão da obra deveria haver comunicação entre as áreas técnicas e os setores de administração do patrimônio das CESTs e da Adm. Central, conforme o caso, e do Serviço de Contabilidade (DA/DRF/CO) para as reclassificações aplicáveis. Entretanto, são efetuados os atos de recebimento definitivo das obras, mas não há a eficaz comunicação com os demais agentes do DNOCS que atuam no tombamento e classificação contábil.

Recentemente, nos anos de 2018 e 2019, foi realizado um amplo esforço das Unidades DA/DRL/MP e DA/DRF/CO para a reclassificação dos saldos de obras já



concluídas. Na ocasião ocorreu a reclassificação significativa de saldos no valor de R\$ 1,3 bilhão, mas ainda permanecendo mais de 2 bilhões nas contas contábeis de obras em andamento e bens a classificar.

Em 2021 foram envidados novos esforços, utilizando-se da mesma metodologia empregada em 2018/2019, porém sem o mesmo sucesso. Talvez pela situação por que passávamos de pandemia e todas as consequências que ela trouxe ao serviço público.

Já em 2023, promoveu-se novos levantamentos dos saldos para as diligências aos setores, instaurou processos individualizados. Como resultado, foram reclassificados cerca de R\$208 milhões. Não obstante, verifica-se saldos alongados que distorcem as informações contidas nas Demonstrações Contábeis. Esse fato tem sido objeto de ressalvas na Declaração do Contador em sucessivos anos.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou um saldo de R\$1.046,03 bilhão, distribuído nas contas nas contas a seguir.

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a curto Prazo, R\$55,16 milhões, 5,27% do passivo total, refletindo as obrigações de curto prazo e provisões da folha de pagamento de dezembro de 2023.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, 3,47% do total; tratam de Restos a Pagar Processados e *Transferências Fiscais a Curto Prazo*, com apenas 0,34%.

Transferências Fiscais a Curto Prazo, com 3,5 milhões, 19% do total, praticamente sem alterações no último ano, representando as obrigações com parcelas de convênios firmados com municípios.

Passivo Circulante

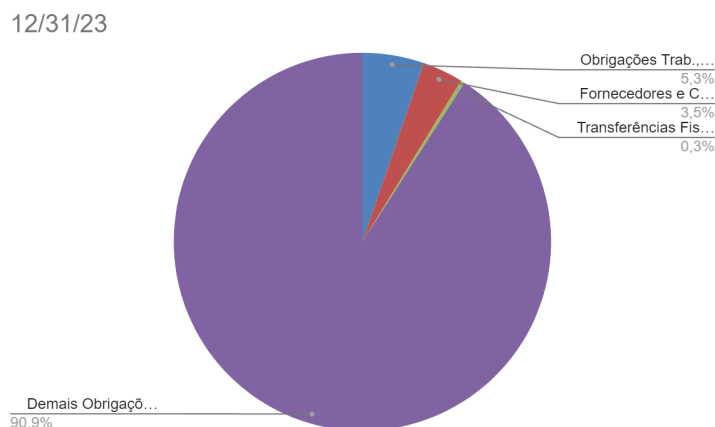
	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	55.157.874,27	57.759.675,52	-4,50	5,27
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	36.329.729,76	77.252.634,30	-52,97	3,47
Transferências Fiscais a Curto Prazo	3.537.492,08	4.367.492,08	-19,00	0,34
Demais Obrigações a Curto Prazo	951.007.646,55	796.224.346,83	19,44	90,92
TOTAL	1.046.032.742,66	935.604.148,73	11,80	100

Fonte: SIAFI



Demais Obrigações a Curto Prazo, apresenta o montante mais expressivo, R\$951,01 milhões, representando 90,92% do Passivo Circulante e registra, principalmente, Termos de Execução Descentralizadas contratados a comprovar.

Composição Gráfica do Passivo Circulante



Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido teve um aumento de 23,19% impulsionado pelo resultado apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Resultado do Exercício), que teve um crescimento de 13,82%; por Ajustes de Exercícios Anteriores embora sofreu uma redução de quase R\$ 74 milhões em relação ao exercício anterior e, também, pelas demais reservas que tiveram uma representação de 33,62 (totalizando R\$ 1.842 bilhões) em 2023.

	2023	2022	AH (%)	AV(%)
Demais Reservas	1.842.004.525,07	-		33,62
Resultados Acumulados	3.637.523.816,82	4.447.971.176,34	-18,22	66,38
Resultado do Exercício	-856.367.446,91	416.358.092,30	-305,68	-15,63
Resultados de Exercícios Anteriores	4.415.732.147,10	3.879.454.226,00	13,82	80,59
Ajustes de Exercícios Anteriores	78.159.116,63	152.158.858,04	-48,63	1,43
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.479.528.341,89	4.447.971.176,34	23,19	100

Fonte: SIAFI

Atos Potenciais Ativos

Os atos potenciais ativos são compostos por Garantias e contragarantias recebidas; Direitos conveniados e Outros Instrumentos Congêneres; e Direitos



Contratuais. Em comparação ao ano de 2022, os *Atos Potenciais Ativos* obtiveram um crescimento de 59,42% no exercício de 2023.

Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres é, dentre os atos potenciais ativos apresentados no “Quadro das contas de Compensação” do Balanço Patrimonial, o item mais relevante (97,38%); em comparação com o exercício de 2022, houve um aumento de R\$ 386,66 milhões nos direitos conveniados e outros instrumentos congêneres.

Garantias e Contragarantias Recebidas representavam, no fim do exercício de 2023, 2,57% sem alteração em relação ao último ano.

Atos Potenciais Ativos

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Garantias e Contragarantias Recebidas	26.620.125,02	26.620.125,02	0,00	2,57
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.010.205.101,80	623.546.782,92	62,01	97,38
Direitos Contratuais	581.930,65	581.930,65	0,00	0,06
TOTAL	1.037.407.157,47	650.748.838,59	59,42	100

Fonte: SIAFI

Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos do DNOCS são formados pelos itens: “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres” e “Obrigações Contratuais”. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, atos potenciais são aqueles que podem vir a afetar, mediata ou imediatamente, o patrimônio.

Como mostra a tabela a seguir, no encerramento do exercício de 2023 os atos potenciais passivos tinha um saldo de R\$ 832,86 milhões, e o principal item que compunha os atos potenciais passivos do DNOCS era *Obrigações Contratuais*, representando 93,25% deste saldo; estas obrigações contratuais consistem no controle dos contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, com o objetivo de obter bens e serviços de terceiros.

Atos Potenciais Passivos

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	56.254.751,06	58.461.760,66	-3,78	6,75
Obrigações Contratuais	776.603.040,71	815.229.846,74	-4,74	93,25
TOTAL	832.857.791,77	873.691.607,40	-4,67	100

Fonte: SIAFI



Já o item *Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres* representavam uma pequena parcela de 6,75% dos Atos Potenciais Passivos em 31/12/2023. Os atos potenciais passivos, apresentaram em 2023 uma redução de 4,67% quando comparado a 2022.

Os atos potenciais referentes aos registros de contratos de serviços a executar e de garantias contratuais possuem saldos alongados que possivelmente estão concluídos ou que cujos pagamentos ignoraram os saldos dos contratos.

Com a introdução do sistema estruturante contratos.comprasnet.gov.br espera-se que tais informações sejam controladas e assim, atualizadas nos registros contábeis.

Em razão do exposto, referida distorção foi consignada na Declaração do Contador.

Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Em 2023, o grupo “Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos” alcançou R\$2,84 milhões, apresentando um aumento de 49,19% em relação ao exercício anterior, conforme apresentado na tabela abaixo.

Exploração e Venda de Serviços e Direitos

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Venda de Mercadorias	51.376,00	53.952,00	-4,77	1,80
Vendas de Produtos	348,90	197,60	76,57	0,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.802.955,70	1.859.273,32	50,76	98,19
TOTAL	2.854.680,60	1.913.422,92	49,19	100

Fonte: SIAFI

O subgrupo *Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços* concentrou a maior parte dos registros realizados em 2023 (98,25%), apresentando um aumento significativo de 50,76% em relação a 2022.

Vale ressaltar que os valores obtidos com a exploração e venda de bens e serviços, receita própria, representam menos de 5% das receitas totais, quando compreendidas as transferências governamentais recebidas.



Por volta de 90% da receita própria advém de aluguéis e leilões e apenas 10% do fornecimento de água.

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) equivalem às receitas. A Demonstração das Variações Patrimoniais mostra uma redução das VPAs em 2023, passando de R\$3,5 bilhões para R\$2,2 bilhões (redução de 37,65%).

Dentre os itens observados, transferências intergovernamentais são responsáveis por 95,58% das receitas de 2023, visto que o DNOCS se configura um órgão estatal dependente do orçamento fiscal e da seguridade social; embora tenha apresentado uma redução de 13,68% em comparação ao período de 2022. Já o item referente à exploração de bens e direitos e prestação de serviços apresentou um aumento na receita de 2023 de pouco mais de 50% em comparação ao período anterior.

Variações Patrimoniais Aumentativas

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTACAO DE SERV	2.802.955,70	1.859.273,32	50,76	0,13
VENDA DE MERCADORIAS	51.376,00	53.952,00	-4,77	0,00
VENDA DE PRODUTOS	348,90	197,60	76,57	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	6.566,10	1.987,51	230,37	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	44.543.649,34	78.688.229,90	-43,39	2,02
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.108.353.110,83	2.442.621.348,29	-13,68	95,58
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	10.942.653,91	136.229.647,32	-91,97	0,50
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	36.631.474,00	842.434.075,83	-95,65	1,66
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	25.309.448,80	-100,00	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.604.946,18	10.864.826,36	-76,02	0,12
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		168.200,38	-100,00	0,00
Total	2.205.937.080,96	3.538.231.187,31	-37,65	100

Fonte: SIAFI

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas (DVP) equivalem às despesas. A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou uma pequena variação negativa de 1,91% em relação ao ano de 2022, passando de R\$3,1 bilhões para R\$3 bilhões em 2023.



Vale destacar que em 2023 houve redução de quase 46% de despesas com transferência e delegações concedidas, cerca de R\$990 milhões. Além disso, observa-se uma redução de mais de 10% nos gastos com pessoal e encargos, o equivalente a R\$10,6 milhões.

No detalhe, observa-se que o item de desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos apresentou uma variação de 4 vezes, quando comparado com o exercício de 2022 e alcançou R\$1,1 bilhão em 2023. Isso deveu-se a mudanças nos critérios de reavaliações e a disponibilidade de engenheiros em vias de aposentadoria que comporam força tarefa de reavaliação de imóveis o que acabou impactando o saldo das contas.

VPD financeiras dobraram em 2023.

Variações Patrimoniais Diminutivas

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
PESSOAL E ENCARGOS	88.446.846,90	99.070.768,09	-10,72	2,89
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	584.169.998,70	567.649.084,89	2,91	19,08
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	110.426.741,07	90.439.733,49	22,10	3,61
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	484.849,92	128.352,06	277,75	0,02
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	1.170.544.274,73	2.160.842.349,99	-45,83	38,22
DESVALORIZ E PERD DE ATIVOS E INCORP PASSIVOS	1.107.996.067,11	203.581.175,79	444,25	36,18
TRIBUTARIAS	226.034,25	121.399,92	86,19	0,01
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.715,19	40.230,78	-75,85	0,00032
Total	3.062.304.527,87	3.121.873.095,01	-1,91	100

Fonte: SIAFI

Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

O grupo de Pessoal e Encargos, totalizaram R\$88,46 milhões apresentando uma redução nas despesas com pessoal de 10,72% quando comparado a 2022. O item despesas com remuneração a pessoal totalizou R\$69,54 milhões (78,63% do saldo do grupo), apresentando uma redução de 11,41% em relação ao exercício de 2022. Os encargos patronais sofreram uma redução de 14,17% em relação ao exercício anterior.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Remuneração a Pessoal	69.543.452,52	78.499.594,66	-11,41	78,63
Encargos Patronais	12.842.512,95	14.958.977,42	-14,15	14,52
Benefícios a Pessoal	5.472.903,12	5.001.509,08	9,43	6,19



Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	587.978,31	610.686,93	-3,72	0,66
TOTAL	88.446.846,90	99.070.768,09	-10,72	100

Fonte: SIAFI

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” correspondem às VPD relativas às aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários do RPPS e RGPS. Em dezembro de 2023, os benefícios previdenciários e assistenciais obtiveram um montante equivalente a R\$584,17 milhões, representando uma variação positiva de 2,91% em comparação ao período de 2022, conforme tabela a seguir.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Aposentadorias e Reformas	260.833.795,25	252.159.474,73	3,44	44,65
Pensões	318.481.564,84	310.275.540,46	2,64	54,52
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.854.638,61	5.214.069,70	-6,89	0,83
TOTAL	584.169.998,70	567.649.084,89	2,91	100

Fonte: SIAFI

Gastos com *Pensões* foi o item mais representativo do grupo de benefícios previdenciários e assistenciais, com R\$318,48 milhões ou 54,52% do montante supera a rubrica de Aposentadorias e Reformas, 44,65%.

Os gastos com *Aposentadorias e Reformas* (RGPS e RPPS) atingiram R\$260,83 milhões em 2023, apresentando um aumento de 3,44% em relação a 2022.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Esse grupo compreende as demais despesas necessárias para a manutenção e operação do órgão. As despesas com serviços totalizaram R\$75,45 milhões em 2023 (27,48% a mais que no exercício anterior), correspondendo a 68,33% das despesas deste grupo. As despesas com Depreciação, Amortização e Exaustão tiveram saldo de 30,73 milhões, o equivalente a 27,83%. Em relação ao item *Uso de Material de Consumo*, segundo o § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/1964, materiais permanentes são itens que atendem à condição de duração superior a dois anos, enquanto que os materiais com duração inferior a 2 anos são considerados material de consumo. Em 2023 as despesas com material de consumo contribuíram com apenas 3,84% das despesas deste grupo.



	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Uso de Material de Consumo	4.245.107,53	3.091.018,48	37,34	3,84
Serviços	75.452.435,06	59.188.260,26	27,48	68,33
Depreciação, Amortização e Exaustão	30.729.198,48	28.160.454,75	9,12	27,83
TOTAL	110.426.741,07	90.439.733,49	22,10	100

Fonte: SIAFI

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Alguns fatores, como a dificuldade na realização de créditos ou a redução da capacidade produtiva de um bem móvel ou imóvel, podem afetar o valor contábil de determinados ativos, assim não refletindo o seu valor justo. Nestes casos, é necessário que esses ativos passem por um processo de reavaliação para que o seu valor contábil reflita a realidade que a entidade atua.

Em 2023, o DNOCS reconheceu a reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes para perdas no montante de R\$704,81 milhões, representando 63,61% do grupo “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, em relação ao exercício anterior, que tinha um saldo de 19,10 milhões, esse subitem apresentou uma variação de 3.589% , como está representado na tabela a seguir.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	704.808.220,31	19.103.573,05	3.589,41	63,61
Perdas Involuntárias	2.252.260,99	3.430.407,56	-34,34	0,20
Incorporação de Passivos	164.893.285,52	174.543.942,27	-5,53	14,88
Desincorporação de Ativos	236.042.300,29	6.503.252,91	3.529,60	21,30
TOTAL	1.107.996.067,11	203.581.175,79	444,25	100

Fonte: SIAFI

No exercício de 2023 a desincorporação de ativos do DNOCS teve saldo de R\$236,04 milhões, apresentando uma variação de 3.529,60% em relação ao ano de 2022 que teve apenas R\$6,5 milhões em desincorporação de ativos. Com isso, o grupo de desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos apresentou uma alta de 444,25% em relação a dezembro de 2022.



Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos acontecerão, sendo necessário que esses benefícios possam ser mensurados de forma confiável, utilizando-se do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando é provável que ocorram decréscimos nos benefícios econômicos, implicando na saída de recursos, redução de ativos ou assunção e passivos, conforme o regime de competência.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2023 apresentou um saldo deficitário em R\$856,37 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.205.937.080,96	3.538.231.187,31	-37,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.062.304.527,87	3.121.873.095,01	-1,91
TOTAL	-856.367.446,91	416.358.092,30	-305,68

Fonte: SIAFI

Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas orçamentárias por categoria econômica e origem, especificando previsão inicial, previsão atualizada, receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

As Despesas Orçamentárias são apresentadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do



ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

O superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser apresentado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário no cálculo do resultado orçamentário.

As receitas de transferências intraorçamentárias não compõem a coluna de receitas, mas as despesas realizadas na execução orçamentária e financeira compõem a coluna de despesas, gerando os desequilíbrios.

O Balanço Orçamentário 2023 apresenta previsão de Receitas (corrente e de capital) no montante de R\$4,37 milhões e previsão de execução de despesas (corrente e de capital) no valor de R\$ R\$1.078,95 bilhões. Contudo, foram receitas no valor de R\$8,65 milhões e despesas empenhadas no valor de R\$1.438,12 bilhões.

Receitas Realizadas + Déficit = Despesas Realizadas

Execução Orçamentária da Receita

As receitas do exercício de 2023 estão apresentadas na tabela a seguir, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
RECEITAS CORRENTES	3.389.574,75	2.571.501,49	31,81	0,24
RECEITAS DE CAPITAL	5.263.805,51	3.165.178,15	66,30	0,37
DEFICIT	1.429.465.314,06	988.068.621,59	44,67	99,40
TOTAL	1.438.118.694,32	993.805.301,23	44,71	100

Fonte: SIAFI

Houve crescimento de quase 32% das receitas correntes em 2023 em comparação com 2022, de R\$2,57 milhões para R\$3,39 milhões. Em relação às receitas de capital, o aumento foi de R\$2,09 milhões (66,3%) comparado ao exercício anterior.

Em análise das Receitas Correntes, em 2023, ficou evidenciada maior arrecadação em receitas de serviços, com 216,17%. Conforme o indicador de execução da receita (receita executada/receita prevista), as receitas correntes executadas representaram 27,13% acima da previsão atualizada.



Em relação às receitas de capital, a alienação de bens representou 60,83% das receitas executadas no exercício de 2023, sendo identificada a arrecadação de R\$3,06 milhões em alienação de bens móveis e R\$2,2 milhões em alienação de bens imóveis.

	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	SALDO	REALIZAÇÃO(%)	AV(%)
RECEITAS CORRENTES	2.666.269,00	3.389.574,75	723.305,75	127,13%	39,17
Receita Patrimonial	1.434.253,00	1.207.685,24	-226.567,76	84,20%	13,96
Receita Agropecuária	76.059,00	51.376,00	-24.683,00	67,55%	0,59
Receita Industrial		348,90	348,90		0,00
Receitas de Serviços	743.801,00	1.607.911,72	864.110,72	216,17%	18,58
Outras Receitas Correntes	412.156,00	522.252,89	110.096,89	126,71%	6,04
RECEITAS DE CAPITAL	1.706.369,00	5.263.805,51	3.557.436,51	308,48%	60,83
Alienação de Bens	1.706.369,00	5.263.805,51	3.557.436,51	308,48%	60,83
TOTAL	4.372.638,00	8.653.380,26	4,28	197,90%	100

Fonte: SIAFI

Execução Orçamentária da Despesa

Segundo o art.58 da Lei nº 4.320/1964, o empenho é ato emanado da autoridade competente que cria a obrigação de pagamento. A despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado pelo estágio de empenho, mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada.

Nessa etapa, é possível assegurar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) estão reservados para a realização de alguma finalidade pública.

As despesas correntes foram executadas no percentual de 98,59% das dotações autorizadas, empenhando-se o valor de R\$734,86 milhões, de um total autorizado de R\$745,38 milhões.

	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO DOTAÇÃO	EXECUÇÃO(%)	AV(%)
DESPESAS CORRENTES	745.377.902,00	734.858.543,41	10.519.358,59	98,59%	51,10
Pessoal e Encargos Sociais	666.462.552,00	657.739.232,94	8.723.319,06	98,69%	45,74
Outras Despesas Correntes	78.915.350,00	77.119.310,47	1.796.039,53	97,72%	5,36
DESPESAS DE CAPITAL	333.575.766,00	703.260.150,91	-369.684.384,91	210,82%	48,90
Investimentos	333.575.766,00	703.260.150,91	-369.684.384,91	210,82%	48,90
TOTAL	1.078.953.668,00	1.438.118.694,32	-359.165.026,32	133,29%	100

Fonte: SIAFI

Pessoal e Encargos Sociais foi a conta de despesas correntes que apresentou maior variação, sendo empenhado o total de R\$657,74 milhões, referentes aos



compromissos com folha de pagamento, encargos patronais, benefícios previdenciários e pensões.

Execução dos Restos a Pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas, mas que constam como pendentes no seu pagamento na data de encerramento do exercício financeiro anterior. O conceito de restos a pagar está relacionado ao estágio da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento. O empenho, sendo o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública, refere-se à reserva de dotação orçamentária para futuro pagamento de um produto ou serviço específico no momento da contratação. A liquidação consiste no segundo estágio, trata-se da verificação do direito adquirido pelo credor após a entrega do bem ou serviço objeto do gasto. Por fim, o pagamento é o terceiro estágio da despesa, resultando na extinção da obrigação.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, há a inscrição em restos a pagar. Estes, quando inscritos, serão classificados em processados e não processados.

Os restos a pagar processados equivalem às despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, conseqüentemente não pagas no final do exercício. Os restos a pagar que, no encerramento do ano seguinte à sua inscrição, permaneceram pendentes de pagamento são reinscritos em restos a pagar.

Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro é possível analisar os ingressos e dispêndios dos recursos classificados por receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

Receita Orçamentária

O Balanço Financeiro apresenta os fluxos de caixa e equivalentes de caixa de forma diferente da apresentada nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, separando as receitas e despesas orçamentárias das extraorçamentárias e de transferência; além de seguir o regime de caixa.



As fontes vinculadas determinam, no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com as vinculações legais. Já as fontes de recursos ordinárias não têm destinação específica, podendo ser utilizadas para qualquer finalidade.

O Balanço Financeiro apresenta o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, com uma linha contendo o total de deduções. Em 2023, o total de ingressos somou R\$2.838,69 bilhões, R\$66,86 milhões a mais que no período anterior.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Vinculadas	8.682.714,39	5.737.587,65	51,33	0,31
Transferências Financeiras Recebidas	2.108.352.030,53	2.442.621.348,29	-13,68	74,27
Recebimentos Extraorçamentários	659.870.505,12	254.118.035,23	159,67	23,25
Saldo do Exercício Anterior	61.815.484,34	69.352.882,43	-10,87	2,18
TOTAL	2.838.691.400,25	2.771.828.945,59	2,41	100

Fonte: SIAFI

Na análise do exercício de 2023, do total arrecadado pelo DNOCS mais de 99% das receitas provenientes de fontes vinculadas estão vinculadas a fundos, órgãos e programas, com R\$8,68 milhões, não possuindo nesse exercício receitas com recursos ordinários.

As transferências Financeiras Recebidas constituíram 74,27% do total de receitas do período, somando 2.108,35 bilhões, apesar disso, o valor foi de R\$334,27 milhões a menos que os ingressos em 2022.

Despesa Orçamentária

No exercício de 2023, a despesa orçamentária executada totalizou R\$2.838,69 bilhões, correspondendo a um aumento de 2,41% em relação ao exercício anterior.

Em 2023, 23,54% dos gastos foram executados em fontes de recursos ordinários. Já as despesas vinculadas à dívida pública representaram 27,12% (R\$769,93 milhões) do total executado. Já os dispêndios com transferências Financeiras Concedidas foram 14,11% menores que em 2022; assim como pagamentos extra orçamentários, que foram reduzidos em 44,69%.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	AV(%)
Ordinárias	668.187.597,53	427.688.956,35	56,23	23,54
Vinculadas	769.931.096,79	566.116.344,88	36,00	27,12



Transferências Financeiras Concedidas	1.055.584.774,27	1.229.005.398,12	-14,11	37,19
Pagamentos Extraorçamentários	269.487.875,89	487.202.761,90	-44,69	9,49
Saldo para o Exercício Seguinte	75.500.055,77	61.815.484,34	22,14	2,66
TOTAL	2.838.691.400,25	2.771.828.945,59	2,41	100

Fonte: SIAFI

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado de transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e com o resultado extra orçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentário). No exercício de 2023, o resultado financeiro foi superavitário em R\$13,68 milhões, como detalha a tabela a seguir.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)
Receita Orçamentária	8.653.380,26	5.736.679,64	50,84
Despesa Orçamentária	1.438.118.694,32	993.805.301,23	44,71
Resultado Orçamentário	-1.429.465.314,06	-988.068.621,59	44,67
Transferências Financeiras Recebidas	2.108.352.030,53	2.442.621.348,29	-13,68
Transferências Financeiras Concedidas	1.055.584.774,27	1.229.005.398,12	-14,11
Transferências Financeiras Líquidas	1.052.767.256,26	1.213.615.950,17	-13,25
Recebimentos Extraorçamentários	659.870.505,12	254.118.035,23	159,67
Pagamentos Extraorçamentários	269.487.875,89	487.202.761,90	-44,69
Resultado Extraorçamentários	390.382.629,23	-233.084.726,67	-267,49
Resultado Financeiro do Exercício	13.684.571,43	-7.537.398,09	-281,56

Fonte: SIAFI

Em comparação ao exercício de 2022, tanto a receita quanto a despesa orçamentária apresentaram acréscimos em 2023; sendo as receitas com maior proporção (50,7%) do que as despesas (44,71%).

Entre os recebimentos extraorçamentários, mais de 99% correspondem à inscrição em restos a pagar, sendo 91,21% em restos a pagar não processados e 8,61% em restos a pagar processados. Já os pagamentos extraorçamentários, 42,41% são referentes aos pagamentos dos restos a pagar processados e 57,37% referentes aos pagamentos dos restos a pagar não processados.

Em relação às transferências Financeiras Recebidas de 2023, 78,39% (R\$1.652,81 bilhões) são resultantes da execução orçamentária; sendo R\$825,87 milhões de repasse recebido e R\$826,94 milhões de sub-repasse recebido. Os demais 21,61% de transferências recebidas são para pagamento de restos a pagar, e são independentes da execução orçamentária. Já em relação às transferências financeiras concedidas, R\$826,94



milhões (78,34%) são resultantes da execução orçamentária, e R\$228,64 milhões (21,66%) são independentes da execução orçamentária.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como estes foram usados. A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta os fluxos de caixa do exercício financeiro classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no DNOCS apurada em dezembro de 2023 apresentou saldo positivo em R\$13,68 milhões, um aumento significativo quando comparado com o exercício anterior, que apresentou saldo negativo de aproximadamente R\$7,54 milhões.

	12/31/23	12/31/22	AH (%)	Var. Absoluto
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	242.611.269,88	464.537.186,77	-47,77	-221.925.916,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-228.926.698,45	-472.074.584,86	-51,51	243.147.886,41
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.684.571,43	-7.537.398,09	-281,56	21.221.969,52

Fonte: SIAFI

Analisando a relação entre o fluxo de caixa de 2023 observa-se que os fluxos de caixa das atividades operacionais foram suficientes para suportar o fluxo de caixa das atividades de investimento.

A variação absoluta negativa de R\$221,92 milhões, foi ocasionada por uma diferença entre os ingressos de R\$332,94 mil comparando os exercícios de 2023 e 2022. O maior impacto nos ingressos ocorreu em Transferências Financeiras Recebidas, embora tenha ocorrido uma redução de R\$334,27 mil em 2023.

A atividade de investimento apresentou saldo negativo em virtude do maior desembolso de ingressos em 2023. A maioria das atividades de investimentos resultaram de desembolsos com a aquisição de ativos de longo prazo.

Em relação às atividades de financiamento, não houve movimentação de caixa referente a esse grupo nos últimos dois exercícios financeiros do DNOCS.